

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	44

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	306.756.816
Preferenciais	306.756.816
Total	613.513.632
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/01/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,04104
Reunião do Conselho de Administração	29/01/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,04104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	5.151.389	5.217.264
1.01	Ativo Circulante	719.392	637.436
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.585	66.164
1.01.03	Contas a Receber	356.593	342.051
1.01.03.01	Clientes	356.593	342.051
1.01.04	Estoques	82.459	82.261
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.337	9.775
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.337	9.775
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	181.418	137.185
1.01.08.03	Outros	181.418	137.185
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	175.214	129.338
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.204	7.847
1.02	Ativo Não Circulante	4.431.997	4.579.828
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	939.777	1.255.532
1.02.01.04	Contas a Receber	6.377	7.285
1.02.01.04.01	Clientes	6.377	7.285
1.02.01.07	Tributos Diferidos	117.834	454.428
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.834	454.428
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	815.566	793.819
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	256.143	259.420
1.02.01.10.04	Aplicações no Caixa Único do Estado	773	6.915
1.02.01.10.05	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	381.101	365.781
1.02.01.10.06	Outros Créditos	6.736	6.861
1.02.01.10.07	Depósitos em Garantia	3.559	3.410
1.02.01.10.08	Aplicações Financeiras	65.745	63.555
1.02.01.10.09	Indenização por desapropriação	90.923	87.877
1.02.01.10.10	Impostos a recuperar	10.586	0
1.02.02	Investimentos	923	923
1.02.02.01	Participações Societárias	923	923
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	923	923
1.02.03	Imobilizado	190.159	121.625
1.02.04	Intangível	3.301.138	3.201.748
1.02.04.01	Intangíveis	3.301.138	3.201.748
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.301.138	3.201.748

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	5.151.389	5.217.264
2.01	Passivo Circulante	813.712	753.818
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.767	57.513
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.961	14.212
2.01.01.01.01	INSS	13.961	14.212
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.806	43.301
2.01.01.02.01	Salários a pagar	2.016	1.178
2.01.01.02.02	FGTS	2.808	4.145
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	12.732	25.727
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.662	3.783
2.01.01.02.05	IPE	4.296	4.234
2.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	4.292	4.234
2.01.02	Fornecedores	100.318	113.736
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	100.318	113.736
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.615	16.590
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.853	15.283
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.152	0
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	3.350	5.753
2.01.03.01.03	COFINS	4.546	6.299
2.01.03.01.04	PASEP	1.503	1.832
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.302	1.399
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	762	1.307
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	78.292	75.043
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68.837	65.811
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	54.352	51.049
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.485	14.762
2.01.04.02	Debêntures	9.455	9.232
2.01.05	Outras Obrigações	313.549	264.385
2.01.05.02	Outros	313.549	264.385
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	247.796	222.613
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	21.812	21.331
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.795	5.969
2.01.05.02.06	Impostos e contribuições - Parcelamento	14.876	14.472
2.01.05.02.07	Direitos de Uso - Contratos de Locação	23.270	0
2.01.06	Provisões	245.171	226.551
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	234.082	216.011
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	144.862	144.596
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	89.220	71.415
2.01.06.02	Outras Provisões	11.089	10.540
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	-79	183
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	11.168	10.357
2.02	Passivo Não Circulante	2.301.350	2.320.969
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	521.856	559.185
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	514.709	545.261
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	507.718	531.123
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.991	14.138

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.01.02	Debêntures	7.147	13.924
2.02.02	Outras Obrigações	137.016	83.660
2.02.02.02	Outros	137.016	83.660
2.02.02.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	9.593	18.914
2.02.02.02.05	Contratos de Repasse	40.093	21.331
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições - Parcelamento	37.190	43.415
2.02.02.02.07	Direitos de Uso - Contratos de Locação	50.140	0
2.02.04	Provisões	1.642.478	1.678.124
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.635.197	1.670.617
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	665.675	687.753
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	969.522	982.864
2.02.04.02	Outras Provisões	7.281	7.507
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	7.281	7.507
2.03	Patrimônio Líquido	2.036.327	2.142.477
2.03.01	Capital Social Realizado	1.635.145	1.635.145
2.03.02	Reservas de Capital	64.331	64.331
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	47.183	47.183
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	499.554	499.554
2.03.04.01	Reserva Legal	121.500	121.500
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	375.718	375.718
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.336	2.336
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-83.591	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-79.112	-56.553

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	669.233	1.392.418	653.726	1.345.280
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-452.092	-901.164	-414.111	-802.246
3.03	Resultado Bruto	217.141	491.254	239.615	543.034
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-109.907	-216.395	-158.958	-304.687
3.04.01	Despesas com Vendas	-31.793	-61.472	-37.589	-64.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.199	-155.604	-127.771	-246.329
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.776	12.176	11.387	18.158
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.691	-11.495	-4.985	-11.975
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	107.234	274.859	80.657	238.347
3.06	Resultado Financeiro	5.328	2.087	7.331	21.817
3.06.01	Receitas Financeiras	20.718	35.327	26.555	53.595
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.390	-33.240	-19.224	-31.778
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.562	276.946	87.988	260.164
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.412	-309.593	-18.426	-65.205
3.08.01	Corrente	-8.689	-21.318	-40.349	-102.178
3.08.02	Diferido	-1.723	-288.275	21.923	36.973
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	102.150	-32.647	69.562	194.959
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	102.150	-32.647	69.562	194.959
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,16650	-0,05321	0,11338	0,31778
3.99.01.02	PN	0,16650	-0,05321	0,11338	0,31778

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	102.151	-32.647	69.562	194.959
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-570	-22.559	-413	-825
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	-570	25.761	-413	-825
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-48.320	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.581	-55.206	69.149	194.134

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	216.936	207.632
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	302.341	330.909
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	276.946	260.164
6.01.01.02	Depreciação e amortização	73.411	67.660
6.01.01.03	Baixa de intangível e imobilizado	63	84
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	496	7.369
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-35.752	84.854
6.01.01.07	Provisão para tributos diferidos	-226	-227
6.01.01.08	Juros e variações monetárias	42.593	46.023
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-15.864	-25.526
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-1.591	-1.529
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	-13.342	-12.790
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente sobre Clientes	64	-2.072
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	-6.954	-2.099
6.01.01.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	-17.503	-91.002
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.405	-123.277
6.01.02.01	Aumento de Contas a Receber de Clientes	-14.194	-16.522
6.01.02.02	Aumento de Estoques	-198	-762
6.01.02.03	Aumento de Outros Créditos	-16.381	-88.979
6.01.02.04	Aumento de Depósitos Judiciais	-42.599	-46.334
6.01.02.05	Redução (aumento) de Rendimentos SIAC	6.142	-1.730
6.01.02.06	Redução de Fornecedores	-13.422	-24.118
6.01.02.07	Aumento de Impostos e Contribuições	11.375	85.077
6.01.02.08	Redução de Impostos e Contribuições - Parcelamento	-7.353	-6.942
6.01.02.09	Redução de Dívidas com Fundação CORSAN	-10.848	-18.375
6.01.02.10	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	18.643	14.477
6.01.02.11	Redução de Outros Débitos	-379	-1.457
6.01.02.12	Aumento de Depósitos em Garantia	-150	-104
6.01.02.13	Redução de Participação nos Resultados	-12.995	-15.525
6.01.02.14	Aumento de indenização por desapropriação	-3.046	-1.983
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.011	-178.574
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-6.153	-20.073
6.02.03	Custos Construção - Contratos de Concessão	-116.704	-124.516
6.02.04	Outras Aquisições Intangível	-31.919	-33.783
6.02.05	Aplicações Financeiras	4.765	-202
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-51.504	-33.723
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Captação	15.749	35.603
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento	-67.714	-62.119
6.03.03	Contratos de Repasse - Governo Estadual/FUNASA/ANA	18.762	505
6.03.05	Debêntures - pagamento	-7.224	-7.325
6.03.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-387
6.03.08	Baixa de passivo por direito de uso	-11.077	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.421	-4.665
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.164	79.703
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81.585	75.038

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.635.145	64.331	499.554	0	-56.553	2.142.477
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.635.145	64.331	499.554	0	-56.553	2.142.477
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-25.183	0	-25.183
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.183	0	-25.183
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.647	0	-32.647
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.647	0	-32.647
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-25.761	-22.559	-48.320
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-25.761	25.761	0
5.06.05	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-48.320	-48.320
5.07	Saldos Finais	1.635.145	64.331	499.554	-83.591	-79.112	2.036.327

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	695.997	0	-695.997	-66.421	0	-66.421
5.04.01	Aumentos de Capital	695.997	0	-695.997	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-66.421	0	-66.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.959	0	194.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.959	0	194.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-387	0	825	-825	-387
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	825	-825	0
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-387	0	0	0	-387
5.07	Saldos Finais	1.635.145	48.672	339.610	129.363	-10.639	2.142.151

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	1.529.855	1.472.143
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.401.580	1.340.982
7.01.02	Outras Receitas	10.476	12.485
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	118.295	126.045
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-496	-7.369
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-558.574	-513.607
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-480.399	-414.167
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88.687	-72.151
7.02.04	Outros	10.512	-27.289
7.03	Valor Adicionado Bruto	971.281	958.536
7.04	Retenções	-73.411	-67.660
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.411	-67.660
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	897.870	890.876
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.026	59.263
7.06.02	Receitas Financeiras	35.327	53.595
7.06.03	Outros	1.699	5.668
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	934.896	950.139
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	934.896	950.139
7.08.01	Pessoal	421.598	453.963
7.08.01.01	Remuneração Direta	274.644	317.215
7.08.01.02	Benefícios	111.930	106.664
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.643	16.011
7.08.01.04	Outros	17.381	14.073
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	509.444	255.180
7.08.02.01	Federais	499.501	247.141
7.08.02.02	Estaduais	8.842	7.163
7.08.02.03	Municipais	1.101	876
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.501	46.037
7.08.03.01	Juros	33.240	31.778
7.08.03.02	Aluguéis	3.261	14.259
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-32.647	194.959
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	25.183	66.421
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-57.830	128.538

A receita bruta de serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no segundo trimestre de 2019, alcançou a cifra de R\$ 676.180, isto é, apresentou um incremento de 3,99% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 650.221 mil. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto e aumento da tarifa a partir de julho de 2018 no percentual de 2,12% para os municípios atendidos pela Corsan.

Receitas	2T 2018	2T 2019	Varição
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	714.237.383,29	731.706.744,03	2,45%
Serviços de Abastecimento de Água	600.748.298,67	617.540.664,80	2,80%
Serviços de Esgoto	40.807.767,88	42.212.746,00	3,44%
Disponibilidade de Esgoto	-	579.164,74	
Receitas de Construção	64.016.341,02	55.526.391,79	-13,26%
Indiretas	8.664.975,72	15.847.776,70	82,89%
Vendas	-	-	
Receita de Serviços (sem receita de construção)	650.221.042,27	676.180.352,24	3,99%

Houve incremento no número de economias de água e esgoto entre o segundo trimestre de 2018 e o mesmo período de 2019. As economias de água variaram 2,13% no período, sendo que a categoria residencial foi a que mais contribuiu para esse número, tendo variado 2,09%. Já as economias de esgoto cresceram 7,3% na comparação dos trimestres, sendo a categoria residencial a que mais contribuiu, variando 7,5%.

Economias de Água	2T 2018	2T 2019	Var. %	Economias de Esgoto	2T 2018	2T 2019	Var. %
Comercial	268.348	275.640	2,72%	Comercial	46.347	49.130	6,00%
Industrial	15.196	15.274	0,51%	Industrial	1.177	1.222	3,82%
Pública	16.843	16.979	0,81%	Pública	1.487	1.551	4,30%
Residencial	2.554.585	2.608.025	2,09%	Residencial	351.775	378.148	7,50%
Total Economias	2.854.972	2.915.918	2,13%	Total Economias	400.786	430.051	7,30%

Os gastos no segundo trimestre de 2019 sofreram um acréscimo de 16,74%, ou seja, atingiram R\$ 963.441 mil frente aos R\$ 825.257 mil verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Pessoal/Encargos, Materiais, Serviços e Gerais realizaram um valor 13,05%, 4,14%, 12,24% e 72,08% respectivamente superiores em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Quadro 1 - Comparativo das Despesas por Natureza 2019/2018 - 2º trimestre (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - 2º Trimestre de 2019			Realização - 2º Trimestre de 2018			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	365.524	142.274	507.798,39	325.476,74	123.719	449.196	13,05%
Materiais	47.453	2.255	49.707,82	45.306,31	2.425	47.731	4,14%
Serviços	238.598	59.767	298.365,22	220.041,96	45.778	265.820	12,24%
Gerais	79.964	27.606	107.569,69	34.919,26	27.591	62.510	72,08%
Subtotal	731.538,90	231.902,21	963.441,11	625.744,27	199.513,37	825.256,64	16,74%
Depreciações e Amortização:	65.355	8.056	73.410,53	64.834,27	2.826	67.660	8,50%
Provisões	-12.434	-22.881	35.315,28	12.848,45	108.532	95.684	-136,91%
Custos de Construção	116.704	0	116.703,99	124.515,56	0	124.516	-6,27%
Outras Despesas	0	44.735	44.735,23	-	43.753	43.753	2,25%
Total	901.164,32	261.812,25	1.162.975,57	802.245,66	354.623,92	1.156.869,58	0,53%

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
Em milhares de reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e, concomitantemente, em 296 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 295 municípios, as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 30 de junho de 2019, há 11 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” em especial ao IAS 34. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias ocorreu na reunião de diretoria de 06 de agosto de 2019.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

Notas Explicativas

2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- | | | |
|---|--------------------|---------|
| • | Edifícios | 25 anos |
| • | Máquinas | 10 anos |
| • | Veículos | 5 anos |
| • | Demais bens móveis | 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas Explicativas

2.9) Arrendamento mercantil

A Corsan aplicou os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019. Para tal, a Companhia definiu que os lançamentos de depreciação são realizados conforme os prazos dos contratos, sendo o montante referente ao Ativo de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento”) igual ao Passivo de Arrendamento, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia efetuou o levantamento de todos os contratos de arrendamentos vigentes em 31 de dezembro de 2018 e as novas definições de uma locação foram aplicadas aos contratos com valores de maior relevância para a Companhia. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros. No semestre findo em 30 de junho de 2019 não foram identificados novos contratos relevantes.

A Companhia utilizou-se da isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2) / IFRS16 relacionados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, mantendo o reconhecimento destas despesas conforme o permitido na legislação vigente. Para os contratos contemplados por esta norma, o critério utilizado para a composição dos passivos de arrendamentos vincula os saldos das parcelas remanescentes trazidos a valor presente pelas taxas praticadas no CDI, que servem de referência para o mercado de crédito e, conseqüentemente, para o próprio mercado financeiro. Para os imóveis, devido ao baixo valor segregado, a Companhia optou por apenas reconhecer os ativos e passivos de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 13.

2.10) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.15, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	<u>Vida útil do intangível</u>	<u>Prazo médio de concessão</u>
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.11) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com a Fundação Corsan.

A Companhia não realizou, durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas

2.12) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.14) Impostos

Contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e a alíquota utilizada é de 9% para contribuição social.

A contribuição social corrente relativa a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecida no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Contribuição social diferida

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas Explicativas

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imunidade

A Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito contra a União, autuada sob o nº 93.00.15146-5/RS ou (0015146-22.1993.4.04.7100), visando se beneficiar da imunidade quanto aos impostos federais e às contribuições sociais. No Recurso Extraordinário nº 343.314, a Ministra Rosa Weber, monocraticamente, reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018. Contudo, não a reconheceu em relação às contribuições sociais. Atualmente, o processo encontra-se concluso com a Relatora para julgamento de agravo regimental interposto pela União em 07 de março de 2019.

Muito embora a decisão tenha condenado a União à devolução dos valores pagos indevidamente a título de impostos federais, as informações conhecidas até este momento não nos permitem estabelecer o montante preciso, nem o momento em que o crédito será disponibilizado, especialmente porque o processo ainda não transitou em julgado e, também, porque na fase de execução da sentença haverá discussão sobre os valores. Faltam, portanto, a disponibilidade econômica e jurídica da renda, bem como a certeza acerca quanto ao seu valor efetivo. Diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 - o ativo contingente não foi reconhecido contabilmente. Em razão da imunidade tributária obtida, em 2019 a companhia passou a não apurar e reconhecer contabilmente o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural).

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.15) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas

Notas Explicativas

são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,36% em 30 de junho de 2019 e 1,30% em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.16) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração da CSLL.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

2.17) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor

Notas Explicativas

adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.18) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita. Em 30 de junho de 2019, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e as contas a receber de longo prazo foram ajustados a seu valor presente.

2.19) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.20) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.21) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício, são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.22) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada

Notas Explicativas

unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.23) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis dos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de

Notas Explicativas

auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS

a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Notas Explicativas

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente.

Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.

- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

As análises, na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo pronunciamento, foram feitas com auxílio de especialista externo à Companhia

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 30 de junho de 2019

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA****Caixa e equivalentes de caixa**

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	30/06/2019	31/12/2018
Caixa	1	1
Depósitos bancários	23.656	28.040
Aplicações de liquidez imediata	57.928	38.123
Total	81.585	66.164

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$65.745 em 30 de junho de 2019 (R\$63.555 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal e valores destinados a investimentos.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.295
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	5.982
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	1.847
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	6.009
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	44.612
Total		65.745

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/06/2019	31/12/2018
Contas a receber vincendas		
Particular	171.586	175.086
Pública	8.084	9.146
Contas a receber vencidas		
Particular	84.410	79.048
Pública	23.096	7.444
Receitas a faturar	80.065	82.386
Total de contas a receber	367.241	353.110
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.271)	(3.774)
	362.970	349.336
Circulante	356.593	342.051
Não circulante	6.377	7.285

Notas Explicativas

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	30/06/2019		31/12/2018	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	171.586	8.084	175.086	9.146
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	55.252	5.497	53.276	3.601
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	20.467	8.536	17.341	1.669
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	7.542	5.941	6.179	652
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	620	2.110	1.457	866
Créditos vencidos - mais de 360 dias	529	1.012	795	656
Total	255.996	31.180	254.134	16.590

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.15).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	(3.774)	(6.038)
Adições	(3.023)	(17.836)
Reversões/realização de perda	2.526	20.100
Saldo no final do período	(4.271)	(3.774)

7. ESTOQUES

	30/06/2019	31/12/2018
Tubulações de água e esgoto	58.295	59.135
Materiais de tratamento/laboratório	7.988	5.167
Materiais diversos	16.176	17.959
Total	82.459	82.261

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	30/06/2019	31/12/2018
Classificados no ativo não circulante		
Contribuição social diferida	117.834	454.428
Classificados no passivo não circulante		
PASEP e COFINS diferidos	7.281	7.507

Notas Explicativas**a) Contribuição social diferida**

De acordo com o CPC 32 (R2) e IAS 12, vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição da contribuição social diferida

	30/06/2019	31/12/2018
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	969.522	982.864
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	11.167	10.357
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	810.537	832.349
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	4.271	3.774
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões reclamações Prefeitura de Novo Hamburgo	58.792	58.792
Reserva de reavaliação	(66.591)	(74.239)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(237.912)	(245.358)
Encargos financeiros capitalizados	(246.313)	(235.913)
Variação cambial tributada por regime de caixa	1.823	2.742
Outras provisões e diferenças temporárias	(5.640)	(8.423)
Total das diferenças temporárias	1.309.266	1.336.555
Alíquota vigente	9%	34%
Total da contribuição social diferida líquida	117.834	454.428

Conciliação alíquota efetiva

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	276.946	260.164
Alíquota vigente	9%	34%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(24.925)	(88.456)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	2.266	22.583
Incentivos fiscais	-	3.157
Outras diferenças permanentes	(421)	(2.489)
Contribuição social no resultado	(23.080)	(65.205)
Corrente	(21.318)	(102.178)
Diferido	(1.762)	36.973
Alíquota efetiva	8%	25%

Em razão da imunidade tributária obtida de imposto de renda (nota 2.14) a alíquota aplicada a partir de 2019 passou a ser de 9% relativa a contribuição social. Em 30 de junho de 2018 a alíquota aplicada era de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

No primeiro trimestre de 2019 a Companhia contabilizou a baixa dos saldos de tributos diferidos pertinentes ao IRPJ, gerando um impacto negativo de R\$286.513.

Notas Explicativas**b) COFINS e PASEP diferidos**

	30/06/2019			31/12/2018		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
RTT	5.983	1.298	7.281	6.168	1.339	7.507
Valor passivo	(5.983)	(1.298)	(7.281)	(6.168)	(1.339)	(7.507)

c) Impostos a recuperar

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de renda a recuperar	-	8.760	9.540	-
Contribuição Social a compensar	17.337	1.015	1.046	-
Total	17.337	9.775	10.586	-

9. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2019	31/12/2018
Créditos com prefeituras municipais	2.612	2.828
Adiantamento de férias	2.736	4.081
Indenizações judiciais a receber	4.434	4.434
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.824	1.952
Valores a compensar	872	1.037
Créditos diversos	462	376
	12.940	14.708
Circulante	6.204	7.847
Não circulante	6.736	6.861

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 30 de junho de 2019, R\$381.101 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$365.781 em 31 de dezembro de 2018). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Ativos financeiros	957.023	953.242
(-) Ajuste a valor presente	(575.922)	(587.461)
Total	381.101	365.781

Notas Explicativas

Movimentação do Ativo Financeiro	30/06/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	365.781	458.612
Constituição/realização de AVP	15.864	41.298
Adições/(Baixas)	(5.190)	(38.304)
Transferências líquidas	4.646	(95.825)
Saldo no final do período	381.101	365.781

Transferência de bens e serviços

a) Novo Hamburgo: Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a Corsan fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. A ação judicial prosseguiu, então, sob o nº 001/1.05.0286812-4, limitando-se a discutir a indenização em relação ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Nesse processo, foi reconhecido o dever do citado município em indenizar a Corsan. Foram expedidos dois precatórios de nº 160981-7 e nº 170853-6 com valores respectivos de R\$35.976 e R\$130.182 para pagamento da dívida.

Muito embora o precatório estabeleça um valor, o mesmo não permite estabelecer o momento em que o pagamento será realizado, diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 - o ativo contingente foi reconhecido contabilmente, e foi constituída uma provisão para perda líquida do ativo financeiro.

b) Uruguaiana: Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS, a Corsan fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. No ano de 2014 foi ajuizada ação sob nº 037/1.14.0003096-5, e tramita junto à 3ª Vara Cível da Comarca de Uruguaiana, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de junho de 2019 totaliza R\$24.991 (R\$24.991 em 31 de dezembro de 2018).

c) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan no aludido município, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial, proposta em 01/07/2014, foi registrada sob o nº 031/1.14.0001512-7 e tramita junto à 1ª Vara Cível da Comarca de São Gabriel, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de junho de 2019 totaliza R\$3.816 (R\$3.816 em 31 de dezembro de 2018).

d) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan no aludido município, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial, proposta em 02/07/2014, foi registrada sob o nº 159/1.14.0001413-5 e tramita junto à 1ª Vara Judicial da Comarca de Teutônia, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de junho de 2019 totaliza R\$304 (R\$304 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2018	22.128	384.482	3.070	409.680
Adições	24	5.883	246	6.153
Baixas	-	(4)	-	(4)
Transferências	-	(228)	-	(228)
Saldos em 30/06/2019	22.152	390.133	3.316	415.601
Depreciação				
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)
Depreciações	(173)	(10.532)	-	(10.705)
Baixas	-	4	-	4
Transferências	-	4	-	4
Saldos em 30/06/2019	(19.517)	(279.235)	-	(298.752)
Saldos líquidos em 31/12/2018	2.784	115.771	3.070	121.625
Saldos líquidos em 30/06/2019	2.635	110.898	3.316	116.849

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$5.465 (R\$6.391 em 30 de junho de 2018), R\$930 (R\$912 em 30 de junho de 2018) como despesa comercial e R\$4.310 (R\$1.914 em 30 de junho de 2018) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos em 31/12/2018	1.156.385	1.103.411	187.667	1.396.320	3.843.783
Adições	6.633	76	4.175	135.002	145.886
Baixas	-	-	-	(63)	(63)
Transferências	18.049	2.871	2.421	(18.240)	5.101
Saldos em 30/06/2019	1.181.067	1.106.358	194.263	1.513.019	3.994.707
Amortização					
Saldos em 31/12/2018	(354.957)	(211.712)	(75.366)	-	(642.035)
Amortizações	(26.634)	(18.347)	(6.546)	-	(51.527)
Transferências	-	-	(7)	-	(7)
Saldos em 30/06/2019	(381.591)	(230.059)	(81.919)	-	(693.569)
Saldos líquidos em 31/12/2018	801.428	891.699	112.301	1.396.320	3.201.748
Saldos líquidos em 30/06/2019	799.476	876.299	112.344	1.513.019	3.301.138

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$51.527 (R\$58.443 em 30 de junho de 2018).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Notas Explicativas

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 é de R\$5.784 (R\$5.826 em 30 de junho de 2018).

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Ativos de direito de uso de arrendamento mercantil

Ativo - Imobilizado	Imóveis	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Adoção inicial - CPC 06 (R2)/IFRS 16	4.858	71.486	8.145	84.489
(-) Depreciação acumulada	(1.194)	(9.121)	(865)	(11.180)
Saldos em 30/06/2019	3.664	62.365	7.280	73.309

b) Passivos de arrendamento mercantil

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Adoção inicial - CPC 06 (R2)/IFRS 16	4.858	80.065	9.267	94.190
(-) AVP - Adoção inicial - CPC 06 (R2)/IFRS 16	-	(8.579)	(1.122)	(9.701)
(-) Pagamentos	(1.093)	(11.285)	(1.112)	(13.490)
Realização do AVP	-	2.164	247	2.411
Saldos em 30/06/2019	3.765	62.365	7.280	73.410

Circulante **23.270**

Não circulante **50.140**

A metodologia utilizada está descrita na nota 2.9.

14. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	40.753	38.200	148.566	170.659
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	607	447	50.000	50.000
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	327	297	104.120	101.014
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	14.485	14.763	6.991	14.139
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	10.398	9.977	186.025	189.778
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	71	144	873	784
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.851	1.637	15.781	16.384
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	345	346	2.353	2.503
Total				68.837	65.811	514.709	545.261

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – FINEM está dividido em dois subcréditos e foi contratado para implantação, ampliação e modernização do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Campo Bom, Jaguarão, Rio Grande, Santa

Notas Explicativas

Maria, Torres e Xangri-Lá e para renovação do parque de hidrômetros e implantação de sistemas padronizados de telemetria em diversos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O financiamento BNDES – CG foi destinado ao apoio financeiro para capital de giro.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da Corsan, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2020	27.004
2021	69.720
2022	71.601
2023	67.162
2024	33.094
Após 2024	246.128
Total	514.709

16. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 (três) anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
			1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.373
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.116	4.172	4.046	7.910
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.966	2.961	1.723	3.191
Total			9.455	9.232	7.147	13.924

Notas Explicativas

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2020	2.658
2021	4.489
Total	7.147

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$3.406. Em 30 de junho de 2019, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.559 (R\$3.410 em 31 de dezembro de 2018).

A escritura inclui uma cláusula de “Obrigações Especiais da Emitente”, com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 26%

17. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não Circulante	
			30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
COFINS	Selic	04/2022	7.337	7.137	18.343	21.414
PASEP	Selic	04/2022	1.593	1.550	3.983	4.649
Contribuição social	Selic	04/2022	762	741	1.905	2.223
Imposto de renda	Selic	04/2022	5.184	5.043	12.959	15.129
Total			14.876	14.471	37.190	43.415

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	30/06/2019	31/12/2018
Consignações a recolher	5.193	5.785
Outras contas a pagar	602	184
Total	5.795	5.969

19. CONTRATOS DE REPASSE

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 30 de junho de 2019 foi liberado um total de R\$336.834, referente a 53 contratos junto ao Ministério das Cidades e 20 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$255.306 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011 e 2015. Em relação aos R\$81.528 que restam, R\$47.183 estão contabilizados em adiantamento para futuro aumento de capital, R\$34.345 estão inscritos no Passivo não circulante em 30 de junho 2019 derivados de 12 contratos que ainda não se encontram finalizados ou possuem possibilidade de sansão até sua prestação de contas final e novas liberações.

Notas Explicativas

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ipee a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

c) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem. Os valores transferidos à Companhia montam R\$606 em 30 de junho de 2019.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizados conforme a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	30/06/2019		31/12/2018	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	675.311	157.038	553.330	124.768
Adições	109.512	5.466	268.969	38.184
Saques/reversões	(136.729)	(14.002)	(165.982)	(11.964)
Despesas financeiras	10.037	3.904	18.994	6.050
Saldo final	658.131	152.406	675.311	157.038
Total		810.537		832.349
Circulante		144.862		144.596
Não circulante		665.675		687.753

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial	388.758	327.629
Adições	133.949	249.338
Saques/reversões	(91.350)	(188.209)
Saldo final	431.357	388.758
Circulante	175.214	129.338
Não circulante	256.143	259.420

Ações trabalhistas

a) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Após tramitação em todas as instâncias judiciais, a Corsan restou condenada a reintegrar no emprego o Autor, nas mesmas condições (cargo e função) que detinha antes da despedida, com o pagamento, desde o afastamento até a efetiva reintegração, de todas as parcelas salariais postuladas na inicial. O processo encontra-se em fase de liquidação. Essa provisão totaliza, em 30 de junho de 2019, R\$14.627 (R\$15.096 em 31 de dezembro 2018).

b) Processo 0115900-81.2004.5.04.0122 – Sindiágua - No presente processo, o Sindicato, na qualidade de substituto processual de 146 empregados, postula o pagamento de diferenças

Notas Explicativas

salariais de promoções, dentre outros pedidos. A Corsan restou condenada ao pagamento das promoções dos anos de 1992, 1993, 1995, 1996, 1998, 2001, 2003 e 2004 por merecimento e por antiguidade, alternadamente, em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos. Até o momento, todos os substituídos foram implantados em folha, salvo os impugnados pelo sindicato autor. O processo encontra-se em fase de execução. Essa provisão totaliza, em 30 de junho de 2019, R\$12.880(R\$13.622 em 31 de dezembro 2018).

c) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.631 ações. Em 30 de junho de 2019, a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$630.624(R\$646.593 em 31 de dezembro de 2018).

d) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$243.831 em 30 de junho de 2019 (R\$253.307 em 31 de dezembro de 2018).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - A Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a Corsan e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de junho de 2019 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2018).

b) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 30 de junho de 2019 R\$6.613 (R\$6.335 em 31 de dezembro de 2018).

c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.547 ações para as quais está provisionado em 30 de junho 2019 o montante de R\$141.125 (R\$146.035 em 31 de dezembro de 2018).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$267.919 em 30 de junho de 2019 (R\$295.836 em 31 de dezembro de 2018).

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Plano de benefício definido	859.721	846.752
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	76.019	79.022
Incentivo à demissão voluntária	33.782	57.090
	<u>969.522</u>	<u>982.864</u>

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

Notas Explicativas

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

c) Incentivo à demissão voluntária

A Corsan manteve benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017.

O prazo para adesões encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. No semestre findo em 30 de junho de 2019, 71 funcionários desligaram-se da Companhia. A despesa com desligamento foi de R\$24.601 (R\$22.681 em 30 de junho de 2018).

Em 30 de junho de 2019 há 370 funcionários recebendo o benefício mensal.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro.

A Companhia reconheceu, em 30 de junho de 2019, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, “IPE SAÚDE” e “PDV” de R\$8.207. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocínada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- contribuição de participantes ativos e assistidos;
- contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- receitas de aplicações do patrimônio.

Notas Explicativas

Gestão de recursos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No semestre, as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 30 de junho de 2019 monta R\$96.771 (R\$71.010 em 31 de dezembro de 2018), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Notas Explicativas

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no semestre, totalizou R\$(1.033), líquido dos efeitos tributários (R\$825 em 30 de junho de 2018). O valor de R\$(25.446) e R\$(1.348) refere-se a reversão de IRPJ em função da imunidade tributária (nota 2.14).

	30/06/2019	30/06/2018
Realização das reservas	1.033	825
Reversão de tributos sobre reserva de reavaliação	(25.446)	-
Reversão de tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	(1.348)	-
	(25.761)	825

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 30 de junho de 2019 a Companhia possui registrado uma perda atuarial de R\$175.883 líquido dos seus efeitos tributários (R\$127.563 registrado como perda atuarial em 31 de dezembro de 2018).

d) Remuneração aos acionistas

A Companhia efetuou no semestre findo em 30 de junho de 2019, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$25.183 (R\$66.421 em 30 de junho de 2018), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do semestre foi reduzida em R\$2.266 (R\$22.583 em 30 de junho de 2018 referente ao imposto de renda e contribuição social) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$47.183 em 30 de junho de 2019 (R\$47.183 em 31 de dezembro de 2018), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU, da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA e do Orçamento Geral do Estado – OGE.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

Notas Explicativas

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Bannisul, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CGTE, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – Funcorsan, Instituto de Previdência do Estado – IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas de água e esgoto - saldo a receber	25.354	6.566
Rendimentos do caixa único do Estado	773	6.915
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado (*)	(247.796)	(222.613)

(*) Nota Explicativa 22.d

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no semestre findo em 30 de junho de 2019 foi R\$27.269 (R\$25.565 em 30 de junho de 2018). Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Bannisul

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasses durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 foram R\$3.329 (R\$ 3.173 em 30 de junho de 2018).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no semestre findo em 30 de junho de 2019 foi R\$201 (R\$180 em 30 de junho de 2018).

c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se a compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi R\$31.639 (R\$26.162 em 30 de junho de 2018). O saldo a pagar em 30 de junho de 2019 é de R\$4.356 (R\$4.448 em 31 de dezembro de 2018).

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi R\$23.216 (R\$19.243 em 30 de junho de 2018). O saldo a pagar em 30 de junho de 2019 é de R\$2.979 (R\$3.054 em 31 de dezembro de 2018).

e) Fundação Corsan

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	21.812	21.194	9.593	18.914
Contrato 122005	(*)		01/09/20	-	138	-	-
				21.812	21.332	9.593	18.914

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Notas Explicativas**f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE**

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 é de R\$8.108 (R\$7.259 em 30 de junho de 2018). O saldo a pagar em 30 de junho de 2019 é de R\$4.297 (R\$4.234 em 31 de dezembro de 2018).

g) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração dos administradores da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Remuneração e benefícios	1.362	1.332
Encargos sociais	211	183
Total	<u>1.573</u>	<u>1.515</u>

24. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Serviços de abastecimento de água	1.311.960	1.259.058
Serviços de esgoto	92.146	84.969
Receitas de construção	118.295	126.045
Impostos sobre receita serviços	(129.983)	(124.792)
	<u>1.392.418</u>	<u>1.345.280</u>

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Pessoal	507.798	449.195
Materiais	49.708	47.731
Energia elétrica	141.678	116.127
Serviços de terceiros	156.686	149.693
Gerais	107.571	62.510
Depreciações e amortizações	73.411	67.660
Provisões	(35.315)	95.684
Custos de construção	116.704	124.516
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(681)	(6.183)
	<u>1.117.559</u>	<u>1.106.933</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços	901.164	802.246
Despesas comerciais	61.472	64.541
Despesas administrativas	155.604	246.329
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(681)	(6.183)
	<u>1.117.559</u>	<u>1.106.933</u>

Notas Explicativas**26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras	35.327	53.595
Acréscimos por inadimplementos	16.738	16.593
Variações monetárias ativas	2.491	2.903
Receitas financeiras pela realização de AVP	15.863	25.526
Variações cambiais ativas	2.034	1.605
Outras receitas financeiras	(1.799)	6.968
Despesas financeiras	(33.240)	(31.778)
Juros e taxas sobre financiamentos	(8.536)	(5.156)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(2.303)	(3.444)
Variações monetárias passivas	(18.384)	(16.853)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(2.411)	-
Variações cambiais passivas	(1.606)	(6.325)
Resultado financeiro líquido	2.087	21.817

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela Companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores;

Aplicações financeiras – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa;

Ativos financeiros – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados;

Contas a pagar – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável;

Empréstimos e financiamentos e debêntures – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço;

Dívidas com a Fundação Corsan – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 23e.

Notas Explicativas

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.11.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 1% do total das contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	95.272	222.469	474.918	792.659
Parcelamento de impostos	15.769	42.769	-	58.538
Debêntures	9.957	7.369	-	17.326
Fornecedores	100.318	-	-	100.318
Dívidas Fundação CORSAN	23.120	9.834	-	32.954
	244.436	282.441	474.918	1.001.795

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 30 de junho de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2019 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2019	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(217.696)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(189.320)	(9.481)	(7.901)	(11.851)	(14.814)	(17.777)
Empréstimos	IPCA	(50.607)	(4)	(3)	(5)	(6)	(8)
Empréstimos	SELIC	(104.447)	(5.431)	(4.526)	(6.789)	(8.486)	(10.184)
Empréstimos	US Dólar	(21.476)	4.295	7.159	-	(5.369)	(10.738)
Debêntures	TJLP	(16.602)	(831)	(693)	(1.039)	(1.299)	(1.559)
		(600.148)	(11.454)	(5.964)	(19.685)	(29.975)	(40.265)
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		5,01	4,17	6,26 **	7,83	9,39
	IPCA / IBGE		0,01	0,01	0,01 *	0,01	0,02
	SELIC		5,20	4,33	6,50 *	8,13	9,75
	US Dólar	3,80	3,04	2,53	3,80 ***	4,75	5,70

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

Notas Explicativas

	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	15	583.546	611.072
Debêntures	16	16.602	23.156
Fornecedores		100.318	113.736
Parcelamento de impostos e contribuições	17	52.066	57.886
Dívida Fundação CORSAN	23.e	31.405	40.246
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(81.585)	(66.164)
(-) Aplicações financeiras	5	(65.745)	(63.555)
Dívida líquida		636.607	716.377
Patrimônio e adiantamentos		2.036.327	2.142.477
Capital social e dívida líquida		2.672.934	2.858.854
Quociente de alavancagem		23,82%	25,06%

28. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o semestre findo em 30 de junho de 2019:

	31/12/2018	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetária	Juros Transferências	30/06/2019
Empréstimos e financiamentos circulante	65.811	(53.947)	-	56	21.147	35.770
Debêntures circulante	9.232	(7.224)	-	-	455	6.992
Dividendos e JSCP a pagar	222.613	-	25.183	-	-	-
Empréstimos e financiamentos não circulante	545.261	1.981	-	3.237	-	(35.770)
Debêntures não circulante	13.924	-	-	216	-	(6.993)
Contratos de repasse (OGU e ANA)	21.331	18.762	-	-	-	-
						40.093

Roberto Correa Barbuti
Diretor Presidente

Fabiano Siqueira
Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de
Relação com Investidores

Júlio Eloi Hofer
Diretor de Expansão

Jean Carlo Flores Bordin
Diretor de Inovação,
Relacionamento e Sustentabilidade

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

A receita projetada para o segundo trimestre de 2019 foi na ordem de R\$ 691.580 mil enquanto a realizada neste período alcançou R\$ 676.180 mil, ficando 2,23% abaixo da meta estabelecida.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$ 530.314 mil, tendo sido realizado R\$ 491.724 mil, ou seja, 7,28% abaixo do projetado para o primeiro trimestre de 2019.

No que diz respeito aos gastos por natureza, o grupo de Pessoal/Encargos realizou 6,94% abaixo do previsto. Já os grupos de Materiais e Serviços realizaram 7,27% e 2,57% acima do projetado, respectivamente, enquanto que o grupo Gerais realizou 32,73% abaixo do projetado para o trimestre em questão.

Cabe ressaltar que devido à alteração contábil no ano corrente, visando adequação ao CPC 06 (R2)/IFRS 16, o registro de operações de arrendamento de aluguéis, não está compondo a despesa do grupo Gerais. Portanto, devido a projeção não ter considerado essa alteração, haverá discrepância entre os valores previstos e realizados para o grupo em questão, tendo em vista que no valor projetado contam os montantes referentes aos aluguéis. Até o fim do trimestre analisado, o montante realizado que não está mais sendo registrado no grupo Gerais, totaliza R\$ 13,59 milhões, o que elevaria a despesa do grupo. Dessa forma, o comparativo do realizado do grupo Gerais versus o projetado, ao invés de apresentar uma redução de 32,73%, apresentaria uma redução de 14,71%.

Na execução do segundo trimestre de 2019, cabe análise de algumas naturezas que se tornaram importantes devido a sua execução orçamentária. Abaixo seguem comentários:

Pessoal/Encargos

- Vantagens e Encargos – As naturezas pertencentes a este grupo apresentaram valores 7,23% menores aos valores orçados para o período em análise, tendo sido orçado R\$ 232.771 mil e realizado R\$ 215.944 mil;
- Indenizações Trabalhistas – No grupo de despesas com pessoal essa natureza merece destaque, tendo sido orçado R\$ 28.063 mil e realizado \$ 29.191 mil, ou seja, 4,02% superior ao previsto inicialmente para o período;
- Horas Extras - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 8.218 mil, tendo sido realizado R\$ 8.919 mil, 8,54% acima;
- Programa de Demissão Voluntária/Rescisão Trabalhista – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 16.873 mil e realizado R\$ 13.391 mil, ou seja, 20,64% abaixo do projetado para o período;
- Programa de Alimentação do Trabalhador – Projetou-se o valor R\$ 25.217 mil e realizou-se o valor de R\$ 24.099 mil, 4,43% abaixo do projetado.

Materiais

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, representando 51,46% da despesa do grupo. No trimestre analisado realizou 3,05% acima do orçamento previsto, tendo sido orçado R\$ 13.174 mil e realizado R\$ 13.576;
- Combustíveis para veículos – Foi orçado para esta natureza R\$ 2.997 mil e realizado R\$ 3.357 mil, o que representa um acréscimo de 12% sobre projetado.

Serviços

- Força e Luz – Os serviços de energia elétrica representaram aproximadamente 13,27% das despesas operacionais da empresa e 48,77% das despesas do grupo de serviços. No trimestre analisado, esta despesa realizou 15,37% acima do projetado, tendo sido orçado R\$ 64.559 mil e realizado R\$ 74.480 mil;

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Serviço de Retro, Caçamba e Reaterro – Representando 18,21% das despesas com serviços no período, realizou 3,97% acima do previsto, tendo sido orçado R\$ 26.742 mil e o realizado foi de R\$ 27.805 mil;
- Serviços Técnicos Profissionais - Foi previsto para o trimestre em análise o montante de R\$ 6.611 mil e realizou-se R\$ 9.033 mil, ou seja, 36,63% acima do orçado;
- Serviços de segurança – No segundo trimestre de 2019 foi projetado R\$ 11.421 mil, tendo sido executado R\$ 11.656, ou seja, 2,06% acima do orçado;
- Serviço de Operação e Processamento de Dados - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 6.890 mil e tendo como realizado R\$ 7.829 mil, ou seja, 13,61% acima do orçado originalmente.

Gerais

- Indenizações a Terceiros – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 16.400 mil e realizado R\$ 6.469 mil, ou seja, 60,55% abaixo do orçado;
- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No grupo Despesas Gerais essa natureza merece destaque, representando 54,25% do grupo. O orçado foi de R\$ 46.279 mil e o realizado R\$ 27.517 mil, ou seja, 40,54% abaixo do previsto, mas com expectativa de realização integral até o final do exercício.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2019 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

A comparação das despesas previstas e realizadas para o trimestre em questão pode ser observada através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas – 2º Trimestre de 2019, conforme segue:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2º Trimestre de 2019 (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Previsto	Realizado	% Variação
Pessoal/Encargos	281.440	261.912	(6,94)
Materiais	24.596	26.383	7,27
Serviços	148.877	152.705	2,57
Gerais	75.401	50.724	(32,73)
Total	530.314	491.724	(7,28)

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção, tendo em vista essas rubricas não impactarem no caixa financeiro da Companhia. O Resultado apurado, sem margem de construção, no 2º trimestre aponta um lucro líquido de R\$ 101.433 mil. Já o resultado de 2019 acumulado até 30/06/2019 apresenta prejuízo líquido acumulado de R\$ 66.884 mil. Esse prejuízo pode ser justificado em razão da baixa dos valores contabilizados a título de IRPJ diferido, tendo em vista a conquista da imunidade tributária do imposto de renda.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias contidas na demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Eldorado do Sul, 06 de agosto de 2019.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC/RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício das funções legais e estatutárias e em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2018, de 28 de fevereiro de 2018, analisamos as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes relativos ao segundo trimestre de 2019. Com base nas análises efetuadas e no Relatório dos Auditores Independentes da empresa Audilink & Cia. Auditores sobre a revisão das informações trimestrais, sem ressalvas, o Conselho Fiscal conclui que os referidos documentos foram elaborados, em todos aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente. Porto Alegre, 13 de agosto de 2019. Kevin Chaves Krieger, Maria Betânia Braun e Felipe Henrique Giaretta”.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2019.

KEVIN CHAVES KRIEGER

MARIA BETÂNIA BRAUN

FELIPE HENRIQUE GIARETTA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Porto Alegre, 06 de agosto de 2019.

Roberto Correa Barbuti

Diretor Presidente

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Fabiano Siqueira

Diretor Administrativo

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor de Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Júlio Eloi Hofer

Diretor de Expansão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Porto Alegre, 06 de agosto de 2019.

Roberto Correa Barbuti

Diretor Presidente

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Fabiano Siqueira

Diretor Administrativo

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor de Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Júlio Eloi Hofer

Diretor de Expansão